

Ativismo Feminista Online: O Caso da *Hashtag* #primeiroassedio¹

Soloni Maria Rampin ZENIDARCI²

Elissa Schpallir SILVA³

Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

Resumo

O espaço online tem sido ocupado para expressão e propagação de ideias pelos movimentos sociais, notadamente pelo movimento feminista. Os blogs, sites e, de modo especial, as redes sociais, tornam-se tanto um espaço alternativo à grande mídia para a abordagem de pautas, oferecendo maior pluralidade de pontos de vista, quanto ambiente seguro para que mulheres possam unir-se a partir do compartilhamento de experiências comuns. Com a hipótese de que a presença do movimento nas redes contribui para esses dois objetivos, este artigo analisa o caso da *hashtag* #primeiroassedio, lançado pela ONG Think Olga, concluindo que, ao mobilizar internautas e legitimar suas experiências, contribuiu com a promoção das pautas do movimento e inserção na grande mídia, trazendo ao âmbito público discussões antes tratadas apenas na esfera privada.

Palavras-chave: ciberativismo; feminismo; redes sociais; comunicação.

Introdução

Os movimentos sociais surgem com a luta de classes: eram os trabalhadores que buscavam melhores condições de trabalho e melhores condições de cidadania durante a Revolução Industrial e Francesa. Entretanto, com o passar dos anos, as reivindicações dos movimentos extrapolam esta lógica e começam, também, a representar minorias excluídas socialmente, sejam elas mulheres, negros, indígenas, homossexuais, trabalhadores sem terra, entre outros.

Difícil precisar exatamente quando o Movimento Feminista surgiu no mundo moderno, entretanto, podemos afirmar que, desde que a primeira mulher se indignou com a dominação masculina que a inferiorizava, já havia aí uma feminista. Uma das primeiras reivindicações conhecidas das mulheres é pelo acesso à educação, a qual, de maneira excludente, formavam homens para o ensino superior (mundo externo) e mulheres para os afazeres e obrigações domésticas (mundo interno).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso Pós Graduação em Comunicação da FAAC – UNESP, email soloni.rampin@gmail.com

³ Doutoranda do Curso Pós Graduação em Comunicação da FAAC – UNESP, email: e.schpallir@gmail.com

No começo do século XX, em meio ao cenário das duas grandes guerras mundiais e com a intensificação da luta pelo sufrágio universal – que garantisse à mulher não apenas o direito a se manifestar, mas também de votar e ser votada –, o movimento ressurgiu. Intensificando, novamente, sua atuação na década de 1970, por conta do movimento hippie e do surgimento da pílula anticoncepcional.

Já com o desenvolvimento da internet, o Movimento Feminista ocupa novos espaços de expressão – antes exclusivos da grande imprensa. Tornando-se acessível para mais mulheres e homens e, assim, reverberando suas ações não apenas na web, mas também em veículos da imprensa tradicional, quebrando a Espiral do Silêncio a que muitas mulheres se submetiam por não encontrarem respaldo ou local para falar de suas experiências, sua feminilidade, os papéis que assumem em sociedade e toda a sorte de situações negativas a que são submetidas diariamente, seja no mercado de trabalho, em casa, em atendimentos médicos, etc.

Para representar essa nova dinâmica da comunicação feminista, este artigo analisa o caso da *hashtag* #primeiroassedio, criada pela ONG feminista Thing Olga como resposta a publicações de cunho sexual dirigidas a uma participante, de apenas 12 anos, de um reality show culinário em um canal de TV aberta brasileiro.

Movimentos sociais

Um grupo de pessoas que se revolta contra uma realidade pontual vigente e marca um protesto para que a situação mude não é, necessariamente, um Movimento Social. De acordo com a visão de Gohn (2007), Movimentos Sociais (MS) são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2007, p.13). Além disso, “são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” (GOHN, 2011, p.333) e “possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade” (Ibid., p.336). Para a autora, essa organização se dá de forma que as atividades do grupo sejam realizadas com a finalidade de gerar atividades criativas e inovações socioculturais ao mesmo tempo em que, de maneira contínua e permanente, combate uma realidade que oprime grupos minoritários que compõem a sociedade.

Vizer (apud Vicente, 2007) concorda com a ideia exposta por Gohn e ainda complementa afirmando que os MS

Representam, em princípio expressão dialética e manifesta da complexidade, a diversidade e a agitação social. Uma forma de ação social que pretende justamente transformar as condições objetivas de seu “ambiente”. Mais que reconstruí-lo por meio do trabalho condicionado ao “sistema” ou às limitações de seu mundo da vida, procura formas de ação coletiva para modificar a ambos (VIZER apud VICENTE, 2007, p.25)

Entretanto, para Gohn (2009), os movimentos sociais da atualidade são diferentes dos que deram origem aos MS nos séculos XIX e XX, os quais eram formados basicamente por operários e revolucionários oriundos das Revoluções Industrial e Francesa. Se antes a luta era para que as classes sociais menos favorecidas da população tivessem direitos (muitos deles relacionados ao trabalho, como reivindicação de jornadas e condições dignas), hoje, os MS são mais focados nas particularidades, “os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social” (GOHN, 2009, p.12). São demandas de pessoas unidas por identificarem-se com uma determinada causa.

Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (GOHN, 2011, p.336).

Quando um movimento surge de uma demanda reativa, como a exposta no começo deste tópico, o que temos é uma manifestação pública, a qual pode ou não tornar-se um Movimento Social, a depender de seu caráter contínuo de luta pela mudança de uma realidade.

No Brasil, entre os anos de 1960 e 1980, os MS eram, primordialmente, populares, urbanos, relacionando-se com a luta pela redemocratização do país e opondo-se ao regime militar, forma de governo vigente entre 1964 e 1985. Já nos anos de 1980, após o fim do governo militar, e 1990, surgem tendências mais institucionalizadas de organização popular relacionadas aos MS, principalmente duas: “o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente no âmbito do poder local” (GOHN, 2012, p.311). Além disso, surgem também, por exemplo, fóruns, como a ECO-92, e a representação de demandas da população através da participação política e dos partidos políticos, como exemplo grupos de mulheres organizados “em função de sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações” (GOHN, 2007, p.21).

Movimento Feminista

Não é possível demarcar com exatidão quando o Movimento Feminista começou, entretanto, apesar de contar com episódios relatados desde a Grécia Antiga e a Idade Média, este movimento “ressurge num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico” (ALVES; PITANGUY, 1985, p.7), ou seja, as lutas populares não se restringem mais apenas às reivindicações por melhores condições de trabalho e cidadania, mas também há a luta para que as desigualdades sociais sejam superadas. Um dos marcos usados para apontar o início do Movimento Feminista é a luta pelo Sufrágio Universal, que se prolongou por décadas a partir do final do século XIX, já que o direito ao voto irrestrito – e não por renda – havia sido conquistado apenas por homens.

A conquista do direito de votar e ser votada é, de acordo Gohn (2009), uma das conquistas da primeira fase (ou onda) do Feminismo. Neste período, que começa no século XVIII e vai até o começo do século XX, a luta das mulheres era pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos e pela possibilidade de livrar-se do confinamento do espaço privado e doméstico, uma vez que a Esfera Pública habermasiana ainda era de ocupação exclusiva dos homens (GOHN, 2009).

Até o século XIX, por exemplo, não há registros de mulheres frequentando as universidades e havia apenas uma escola para elas para cada quatro escolas masculinas. Porém, a desigualdade entre os gêneros ia além do acesso à educação formal, “ao mesmo tempo em que se desenvolve a instrução masculina em vários níveis, a educação da mulher sofre revezes, tanto no campo do preparo profissional, quanto no da formação intelectual” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 28). As escolas femininas preparavam as mulheres para as obrigações do lar, de esposa e mãe, diferentemente da escola para homens, que formavam profissionais.

É entre os anos de 1930 e 1940 que a mulher ganha espaço no mercado de trabalho, não por seu reconhecimento como profissional capacitada a trabalhar fora do âmbito doméstico, mas devido às necessidades econômicas vigentes, uma vez que “se torna necessário liberar a mão de obra masculina para as frentes de batalha” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 50) durante a primeira e segunda guerras mundiais.

Já a segunda fase abrange o período entre as décadas de 1960 e 1980, quando a luta é para que as leis conquistadas na fase anterior tornem-se costumes. É neste período que as mulheres se unem a outras minorias, como os negros e os homossexuais, e que a

pílula anticoncepcional é descoberta, possibilitando a liberdade sexual e profissional. É ainda nesta fase em que o determinismo biológico – o qual garante que a mulher é o sexo frágil – começa a ser rechaçado, enfatizando-se, agora, “os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino” (GOHN, 2009, p.140). No Brasil, porém, essa onda começou apenas na década de 1970 e coincidiu com a relação das mulheres com a ditadura militar.

É, porém, na década de 1990 que a terceira fase do Movimento Feminista se inicia e, com ela, a ênfase na “crítica à construção feminina pelos meios de comunicação de massa” (GOHN, 2009, p.136). Desde então, a mulher luta para se fazer representar e manter os espaços já conquistados, protagonizando mudanças sociais e culturais. As mobilizações diminuíram, contudo, “ONGs criadas e coordenadas por mulheres se multiplicaram em todas as classes e camadas sociais e foram se tornando a forma de representação predominante das mulheres no Brasil” (Ibid., p.142). Uma das conquistas mais representativas dessa última fase do Feminismo, no Brasil, foi a Lei Maria da Penha, considerada pela ONU uma das três mais avançadas do mundo (PRADO, 2016). Segundo Downing (2002), o movimento feminista pode ser enquadrado no modelo dos Novos Movimentos Sociais (NMS), os quais “visavam aos objetivos que, em grande medida, independiam do que o Estado podia conceder” (DOWNING, 2002, p.57). Para o pesquisador, esse modelo de MS tende a criar uma identidade coletiva, promovendo, por conseguinte, na instância individual, a sensação de crescimento e identidade. Em conferência na Universidad del Valle de Atemajac, em Jalisco, no México, Castells reafirma a posição de Downing, assegurando que os Movimentos Sociais mudam a sociedade e que se as mulheres pensarem a si mesmas de outra forma, isso muda as relações pessoais, a sexualidade, a educação, a família e esse é o grande legado das ações do Movimento Feminista: uma nova mentalidade social⁴. Isso ocorre porque, segundo Alves e Pitanguy (1985), “os movimentos trazem o individual para o campo do político, tornando-o coletivo, demonstrando que o ser social não se esgota na experiência de sua classe” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 58).

O confronto entre a nova visão que a mulher tem de si mesma e a construção que a mídia tradicional faz dela – reforçando discursos de desigualdade e de determinismo biológico – ganhou espaço de debate no mundo virtual.

⁴ Disponível entre os minutos 32 e 35, em: < <https://goo.gl/a3YBCG> >. Acesso em 27 nov. 2016.

Feminismo online

Com o aumento do acesso à conexão em rede por meio da internet nos últimos anos, a comunicação dos Movimentos Sociais com os seus ativistas e a sociedade mudou. Se já na década de 1990, havia a contestação de como a mulher era representada pela grande mídia, a temática se ampliou com as redes sociais online e os blogs, assim, o Movimento Feminista pode propagar suas ideias sem precisar esperar o agendamento de veículos tradicionais. Segundo Castells, a internet tem papel fundamental nessa nova tomada de posição do público em relação às instituições comunicacionais tradicionais.

Quanto mais autônoma é uma pessoa, mais ela utiliza a internet. Em nosso trabalho, definimos seis dimensões de autonomia e comprovamos que quando uma pessoa tem um forte projeto de autonomia em qualquer uma dessas dimensões ela utiliza a internet com muito mais frequência e intensidade. E o uso da internet reforça, por sua vez, a sua autonomia. Mas, claro, quanto mais uma pessoa controla a sua vida, menos ela se fia nas instituições (CASTELLS apud OLIVA, 2008, arquivo virtual).

Essa cultura da autonomia é o que Castells (2013) chama de autocomunicação de massa, a qual “fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação as instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p. 10). Para o autor, é no espaço virtual que o ator social, individual ou coletivo, pode desvincular-se, inclusive da mídia tradicional, para compartilhar – produzindo e recebendo – o conteúdo de seu interesse, o que favoreceu a propagação de ideias vinculadas aos movimentos sociais. A facilidade de acesso a tecnologias permitiu que o público saísse da condição de massa passiva e passasse a produzir a comunicação pessoal de massa, segundo ele.

De acordo com as afirmações de Henry Jenkins, professor de ciências humanas estadunidense, a nova relação público-informação gera uma nova cultura, a da Convergência.

Uma das premissas mais importantes do conceito de Cultura da Convergência diz respeito à possibilidade de cada indivíduo ser potencialmente um produtor de mensagens. Neste ponto, o fato das tecnologias digitais estarem presentes no cotidiano facilita o trabalho de criação (ou recriação) por indivíduos fora do circuito da indústria cultural (MARTINO, 2015, p.37).

Neste novo contexto, o de transformações tecnológicas, a sociedade civil – agora representada tanto por Movimentos Sociais quanto por ONGs – consegue se reorganizar

e ganhar espaços de fala. Teoricamente, cada cidadão pode “constituir-se em um militante público em circunstâncias apropriadas” (VIZER apud VICENTE, 2007, p.22). Se antes a única maneira de expressar as ideias e expor a luta era através de passeatas, manifestações, marchas e desobediência civil, hoje,

os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade (GOHN, 2011, p.335 e 336).

Com isso, ocorre o que Vizer chama de “Presente perpétuo”, isto é, com as novas tecnologias de compartilhamento e divulgação de conteúdo, as barreiras de tempo e espaço deixam de existir, tudo é agora (VIZER apud VICENTE, 2007). Já na visão de Lacerda (apud PERUZZO; COGO; KAPLÚN, 2002) a realidade tecnológica em que os MS estão inseridos hoje criam as comunidades virtuais, as quais interagem, formando a cultura digital e, por fim, a Sociedade da Informação, quebrando barreiras geográficas. As comunidades sociais defendidas por Lacerda, na verdade, podem ser entendidas como as redes sociais online, que, de acordo com Recuero, possuem alguns elementos que a caracterizam.

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou Laços Sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. (RECUERO, 2014, p.24).

Uma representação do uso das redes sociais online para divulgar ideais feministas é o feito pela ONG Think Olga. De acordo com Luíse Bello (2016), manager de conteúdo e comunicação da Think Olga, em entrevista concedida por email, a ONG nasceu em 2013, fundada pela jornalista Juliana de Faria, para ter um espaço na internet onde temas caros às mulheres pudessem ser abordados, com o objetivo de criar conteúdo que reflita a complexidade das mulheres e as trate com a seriedade que pessoas capazes de definir os rumos do mundo merecem. Para Bello, as idealizadoras da Think Olga usam “a internet como uma ferramenta a nosso favor – e ela tem sido muito útil. Tudo acontece pela internet hoje, inclusive a militância dos movimentos sociais. Ela ajuda na organização dos grupos e na disseminação de ideias” (BELLO, 2016).

#primeiroassedio

A fim de exemplificar o alcance e proporção que a militância online pode atingir, analisaremos o caso da *hashtag* #primeiroassedio, lançada pela ONG Think Olga em 2015. No dia 20 de outubro daquele ano, estreou na Rede Bandeirantes o programa MasterChef Junior, a versão da competição de culinária transmitida pela mesma emissora com participantes entre 08 e 13 anos. No Twitter, onde o programa tem grande repercussão, uma das competidoras, de apenas 12 anos, foi alvo de publicações abertas de cunho sexual por parte de alguns usuários.

A tranquilidade de fazer afirmações de cunho pedófilo sem nenhuma preocupação com anonimato escancarou uma problemática constantemente abordada pelo movimento feminista: a naturalização do assédio e da sexualização da mulher desde a infância.

No dia seguinte, a fim de se posicionar diante do caso e indicar que não se trata de uma situação isolada, mas sim enfrentada por muitas meninas todos os dias, a Think Olga, que luta pelo empoderamento das mulheres por meio de informação e com forte presença na internet e nas redes sociais, lançou, por meio do Twitter, um chamado às mulheres para que compartilhassem histórias da primeira vez que sofreram algum tipo de assédio, utilizando a *hashtag* #primeiroassedio. Posteriormente, a mesma convocação foi realizada no Facebook, onde algumas publicações do Twitter foram replicadas (Figura 1).

Figura 1 – postagem da Think Olga no Facebook divulgando a campanha



Fonte: *PrintScreen* da página da Think Olga no Facebook

Em um dia, a *hashtag* chegou aos *Trending Topics* do Brasil e, em quatro, alcançou o número de 82 mil replicações. Uma análise feita pela ONG utilizando uma amostragem

dos tweets chegou ao resultado de que a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos (FARIA; BELO, 2015).

Análise

O caso da #primeiroassedio é representativo de uma nova dinâmica dos movimentos sociais e dos ativistas que se apropriam dos ambientes online como espaço de luta e articulação. O uso das redes sociais, blogs e websites permite a propagação de suas pautas e ideias de forma livre e direta, sem o filtro das mídias “tradicionais” ou de massa, como vem acontecendo com o movimento feminista. Segundo Lima (2013), as redes sociais virtuais são, ao mesmo tempo, espaço de enfrentamento aos discursos da imprensa – que não tem espaço para os discursos feministas – e de circulação massiva de discursos de valorização do movimento. Para a autora, as redes sociais, que permitem a criação de páginas e comunidades, além dos blogs, têm a vantagem de poder chegar a uma proporção global em tempo real, interagindo com uma diversidade de indivíduos, permitindo que o feminismo “aproveite o ciberespaço para divulgar o feminismo e “explicá-lo” à sociedade, ampliando assim o número de seguidores” (LIMA, 2013).

Não se pode perder de vista, porém, que o espaço virtual, que hoje faz parte do cotidiano de muitas pessoas, tornando-se cada vez mais difícil a separação entre online e off-line, é, também, um espaço de disputas, assim como o não virtual. Nele, também se reproduzem as opressões e dinâmicas de gênero, e o caso aqui analisado demonstra como o assédio é nele reproduzido. Como afirmam as próprias criadoras da *hashtag*, existe uma misoginia online, e essa misoginia tem consequências também na vida off-line das mulheres (FARIA; BELO, 2015). No entanto, cada vez mais o movimento feminista tem se posicionado nesse locus, enfrentando, questionando, respondendo a esses discursos, reivindicando seu espaço no ambiente online. Mano (2015) elenca que algumas ações do movimento no ano de 2015, incluindo a *hashtag* #primeiroassedio, têm em comum o fato de terem sido articuladas na internet – que possibilita a convergência de indivíduos que antes poderiam estar isolados – e extrapolar o espaço virtual para as ruas (MANO, 2015, p. 02). A presença de ativistas do movimento na rede torna-se espaço comum e seguro de experiências compartilhadas, de empoderamento e de legitimação de discursos e problematizações não abordados pela grande mídia e frequentemente minimizados, rompendo, de certa forma, os efeitos da chamada Espiral do Silêncio e chegando a influenciar a agenda da mídia tradicional.

A Espiral do Silêncio é uma hipótese sobre a opinião pública desenvolvida pela socióloga e cientista política alemã Elizabeth Noelle-Neumann no final dos anos 1960. A pesquisadora observou, num contexto de campanha eleitoral, que os indivíduos, ao captarem o clima de opinião geral, tendem a inibir-se, isolar-se e deixar de expressar opiniões contrárias:

Esta misma inhibición hizo que la opinión que recibía apoyo explícito pareciera más fuerte de lo que era realmente, y la otra opinión más débil. Las observaciones realizadas en unos contextos se extendieron a otros e incitaron a la gente a proclamar sus opiniones o a «tragárselas» y mantenerse en silencio hasta que, en un proceso en espiral, un punto de vista llegó a dominar la escena pública y el otro desapareció de la conciencia pública al enmudecer sus partidarios. Éste es el proceso que podemos calificar como de «espiral del silencio». (NOELLE-NEUMANN, 1995, p.11)

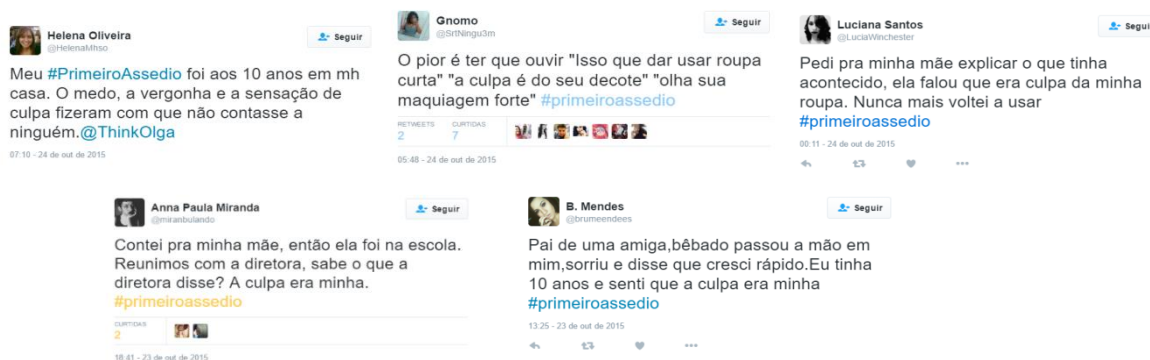
A dinâmica da Espiral do Silêncio sofre ainda influência das pautas e posicionamentos selecionados pela grande mídia, evidenciando determinados assuntos em detrimento de outros – o que se relaciona com a teoria do Agendamento, segundo a qual os elementos das notícias, frequentemente, tornam-se proeminentes na mente do público e tornam-se de grande interesse para ele (McCOMBS, 2008). Seridório e Rodrigues (2015) propõem esse alinhamento entre a Espiral do Silêncio e o Agendamento, afirmando que ele se aplica especialmente no que diz respeito a grupos periféricos e reivindicações sociais (p.193). Para as autoras, o conteúdo midiático molda a identidade dos indivíduos, de modo que a falta de pluralidade que o caracteriza acaba por distorcer a percepção das pessoas “não somente sobre o clima de opinião, mas também a respeito de quem elas são” (SERIDÓRIO, RODRIGUES, 2015, p.193). A desestruturação da identidade a partir dessa ausência de representatividade e referencial na mídia pode contribuir para a dificuldade de reconhecer suas pautas como válidas e para um isolamento conforme a hipótese do Silêncio.

Aproximar-se desses conceitos pressupõe, no entanto, levar em consideração o senso crítico dos indivíduos, não sendo possível entendê-los como fenômenos absolutos. Noelle-Neumann (1995) descreve situações de exceções do ciclo do silêncio, identificando grupos de resistência: os vanguardistas – artistas, pensadores, reformadores, com o olhar voltado para o futuro – e o núcleo duro – comprometido com o passado, com valores antigos –, dois grupos que, desafiando a ameaça de isolamento, a que consideram um preço a se pagar, expressam suas opiniões, frequentemente incentivando outros que também façam parte da minoria posicionem-se. Aí reside a

importância do posicionamento dos movimentos sociais, tanto off-line quanto online – sendo que cada uma dessas abordagens pode atingir públicos e objetivos distintos.

A campanha criada após o caso do programa MasterChef Junior cumpre a função de incentivo a um rompimento do processo de silenciamento, com o grupo ativista tomando a frente e legitimando as vozes emudecidas. Milhares de mulheres puderam se identificar e se reconhecer nas mensagens compartilhadas, sentindo-se seguras e apoiadas para compartilhar histórias por vezes dolorosas, e frequentemente indicando o sentimento de culpa – muitas vezes incentivado por instituições como família e escola – como um dos motivos para o silêncio (figura 2).

Figura 2 – publicações de vítimas que indicam sentimento de culpa diante do assédio



Fonte: *Print Screen* de tweets públicos com a hashtag #primeiroassedio⁵

Para Castells (2013), o movimento social pressupõe um processo de comunicação entre experiências individuais, em que as emoções dos envolvidos sejam ativadas e haja empatia a partir da semelhança das situações vividas. Para que essas experiências se encadeiem é necessário um processo de comunicação que as aproxime e propague. O autor afirma ainda que a expressão da indignação ajuda o indivíduo a superar o medo e partir para ações concretas:

(...) se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. (CASTELLS, 2008, p. 23)

A expressão das participantes foi livre e ganhou as redes sem o filtro da mídia tradicional. Para Jenkins (2009), o ciberespaço representa a ampliação de um ambiente

⁵ Disponível em: goo.gl/E3yPg6; <https://goo.gl/Ccxbz1>; <https://goo.gl/4a7gVw>; <https://goo.gl/7DzLgT>; <https://goo.gl/13M6Rn>.

discursivo, embora na internet o público seja segmentado e os próprios canais alternativos atuem diante de um quadro de referências comum, proporcionado pelas mídias tradicionais – como é o caso da *hashtag* #primeiroassedio, que surge justamente a partir de um caso envolvendo um produto televisivo –, de modo que “a radiodifusão fornece a cultura comum, e a web oferece canais mais adaptados para a reação a essa cultura” (JENKINS, 2009, p. 291).

Ainda a respeito da agenda da grande mídia, é especialmente a presença dos movimentos na internet que pode influenciá-la, na medida em que pode proporcionar maior pluralidade de informações e pontos de vista, promover contrapontos e, inclusive, pautar a própria mídia tradicional ao dar visibilidade a determinados assuntos de seu interesse, como no caso aqui analisado, em que, a partir da participação massiva nas redes, revistas e jornais – além da própria televisão – passaram a noticiar e discutir assédio, pedofilia e direitos das mulheres. Alguns dos veículos que abordaram o tema, problematizando-o a partir da *hashtag*, foram os portais O Globo e G1, os jornais The Guardian, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, BBC, Clarín e El País, e as revistas Veja e Exame. Além disso, a campanha inspirou outras semelhantes em outras partes do mundo, como a #firstharassment⁶ nos Estados Unidos e a #primeracosso em países da América Latina.

A importância da abordagem do tema pela grande mídia proporciona que se alcance um público maior e mais heterogêneo, chegando a pessoas que eventualmente não possuam perfis nas redes sociais ou não tenham contato com participantes da ação. Torna-se, assim, um assunto do grande público, o que permite um avanço nas discussões de interesse do movimento, abrindo espaço para uma possível mudança de paradigmas e práticas sociais e extrapolando, assim, o ambiente online.

O fato de essa movimentação para a transformação partir do compartilhamento de experiências pessoais dialoga com os conceitos de esfera pública e privada⁷, caros ao pensamento político e, mais recentemente, aos estudos feministas, inclusive com o uso do *slogan* “o pessoal é político”, descrito por Okin (2008) como uma expressão para dizer que as relações de poder tipicamente observados no campo político/público são também exercidas no âmbito da vida pessoal, que não está imune a essas dinâmicas. O *slogan* propõe, também, que não se faça distinção entre as duas esferas:

⁶ Ver http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_primeiro_assedio_repercussao_cc

⁷ A distinção entre público e privado pode se referir a duas dicotomias: Estado/Sociedade ou Vida não doméstica/Vida doméstica (OKIN, 2008, p.306). Aqui, nos referimos à segunda dicotomia, distinguindo a vida doméstica do restante da vida social.

(...) nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro. (...) Por estarem muito conscientes de que a organização atual da sociedade contemporânea é profundamente afetada pela percepção predominante da vida social como sendo dividida em duas esferas separadas e distintas, as feministas têm argumentado de maneira muito convincente que boa parte desse pensamento conduz a equívocos – e que ele opera no sentido de reificar e, assim, legitimar a estrutura de gênero da sociedade, e de proteger uma esfera significativa da vida humana (...) do exame atento ao qual o político é submetido. (OKIN, 2008, p. 314)

As histórias pessoais de cada mulher, que isoladamente podem ser tomadas como exceções – e até mesmo desacreditadas ou, como visto, cobertas de um significado em que a culpa recai sobre ela própria – coletivamente ganham força, sendo legitimadas e ressignificadas. As vozes individuais se tornam coro, indicando que cada uma das experiências é reflexo de uma estrutura social em que o abuso é tolerado e naturalizado, que precisa ser discutida e questionada.

A questão do privado aparece nas publicações da *#primeiroassédio* retratando justamente o eixo doméstico. Uma análise de uma amostragem das postagens realizada pela Think Olga indica que “casa”, “pai” e “escola” estão entre as palavras utilizadas com mais frequência, localizando o ambiente familiar, doméstico, cotidiano como espaço de assédio (FARIA; BELO, 2015).

O caso da *hashtag* *#primeiroassédio* é representativo do poder da internet e, especialmente, das redes sociais de unir indivíduos de diferentes origens e realidades, promovendo a convergência a partir de um ponto em comum.

Considerações finais

Apesar de ser um Movimento Social oficialmente registrado desde o século XI, o Movimento Feminista ainda se mostra muito presente, atuante e necessário no cenário atual não apenas brasileiro, como mundial. A luta pelas liberdades e direitos femininos ainda se faz necessária, assim como a constante conscientização de que mulheres e homens são iguais, não existindo determinismo biológico e sim construção social do que é ser do gênero feminino e do gênero masculino na sociedade em que vivemos.

Pudemos perceber também, ao longo deste artigo, que o novo espaço de representação dos Movimentos Sociais na internet, notadamente nas redes sociais online, abriu espaços de fala e representatividade – de modo especial ao movimento feminista, uma vez que a representação que a grande mídia faz do gênero feminino é uma construção, muitas vezes, deturpada, naturalizando comportamentos que deveriam ser rejeitados e,

talvez por isso, algumas pessoas sintam-se à vontade para sexualizar uma garota de 12 anos com a certeza da impunidade e esperando, quem sabe, apoio entre atores sociais de suas redes online.

Através de ações da ONG Think Olga mulheres puderam romper com a Espiral do Silêncio e, assim, sentirem-se protegidas para relatar casos de abusos e violência sexual, expondo a forma como a violência contra a mulher é naturalizada em nossa sociedade.

Referências bibliográficas

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

BELLO, Luíse. **Entrevista**. São Paulo, 2016. Entrevista concedida a Elissa Schpallir Silva.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

DOWNING, JOHN D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

FARIA, Juliana; BELLO, Luíse. A internet odeia as mulheres e ninguém vê problema nisso. **Blog do Sakamoto**; 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/ytj2mR>> Acesso em: 22 nov. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 47, v.16, p. 333-361, maio-ago. 2011.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 2012.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e estratégia de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação**. São Paulo: Aleph, 2009.

LACERDA, Juciano de Sousa. A Internet na gestão dos movimentos sociais. In:

PERUZZO, Cicilia K; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel (Org.). **Comunicação e movimentos populares: Quais redes?**. São Leopoldo: Unisinos, 2002. p. 91-108.

LIMA, Quézia dos Santos. Blogueiras feministas e o discurso de divulgação do feminismo no ciberespaço. In: **Seminário de estudos em análise do discurso**. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/HBVsrT> >. Acesso em: 22 nov. 2016.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio**. Paidós, 1995.

MANO, Maíra Kubík. Internet, feminismos e a possibilidade de unidades provisórias. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 9, n. 4, 2015.

MCCOMBS, Maxwell. Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, 2008, 31 (Julho-Dezembro), ISSN 1809-5844. 2008. Entrevista concedida a Procópio, P. P., da Silva Junior, J. A., dos Santos Melo, M. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69830990011>>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, jan. 2008. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002/8618>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

OLIVA, Milagros Pérez. **Internet, liberdade e autonomia**. 2008. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/internet-liberdade-e-autonomia/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

PRADO, Denise. **Entrevista**. São Paulo, 2016. Entrevista concedida a Elissa Schpallir Silva.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SERIDÓRIO, D. F.; RODRIGUES, L. M. Espiral do silêncio, opinião pública e representação da mulher na mídia. In: BULHÕES, M.; MORAIS, O. J. de (orgs). **Ciências da comunicação: circularidades teóricas e práticas acadêmicas**. Sarapuí: OJM Casa Editorial, 2015.

VIZER, Eduardo A. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: VICENTE, Maximiliano Martin (Org.). **Mídia e Sociedade: Perspectivas**. Bauru: Canal 6, 2007. p. 09-30.